

GREVE GERAL

Realizando-se no dia 27 de Junho de 2013 uma “Greve Geral” sob a forma de uma paralisação total do trabalho durante todo o período de funcionamento correspondente àquele dia, em todas as empresas e serviços, públicos ou privados, seja qual for a natureza jurídica da entidade empregadora, e em todo o território nacional, com os objectivos seguintes:

1- Libertar Portugal da ingerência estrangeira. Promover o crescimento económico e o emprego

- **Romper com o memorando** que agride os trabalhadores, humilha o povo e arruína o país.
- **Renegociar a dívida pública**, nos seus juros, prazos e montantes.
- **Aumentar a produção nacional para criar emprego** e diminuir as importações; investir na industrialização para criar riqueza.
- **Incrementar os rendimentos do trabalho**, através do aumento dos salários e da redução fiscal (IRS e IVA) para dinamizar o consumo e fazer crescer o mercado interno.
- **Pôr fim às privatizações** de empresas estratégicas necessárias ao desenvolvimento do país.
- **Aplicar uma taxa adicional sobre os lucros** dos accionistas, dos grandes grupos económicos e da banca; acabar com os benefícios fiscais ao grande capital e aos *offshore*.

2- Combater a Exploração e o Empobrecimento. Resolver os problemas dos trabalhadores

- **Acabar com a “austeridade”** que provoca recessão económica e é a causa do aumento do desemprego e da precariedade, da redução dos salários, do agravamento do custo de vida e do aumento da pobreza e da exclusão social.
- **Acabar com o ataque aos direitos** consagrados na contratação colectiva, combatendo nomeadamente o aumento dos horários e o trabalho gratuito, a redução do valor/hora de trabalho e a desregulamentação dos horários e os “bancos de horas”.
- **Defender a negociação colectiva**, a principal fonte de direitos mais favoráveis aos trabalhadores; pôr fim ao congelamento das portarias de extensão.
- **Exigir o cumprimento do acordo sobre o aumento do salário mínimo nacional, para 515 €.**
- **Exigir a revogação das normas gravosas do código do trabalho**; reclamar a melhoria das condições de trabalho;
- **Assegurar a protecção social a todos os desempregados**, garantindo o alargamento do subsídio social de desemprego a todos os desempregados que não estejam a receber subsídio de desemprego.

3- Defender a Constituição. Garantir as Funções Sociais do Estado

- **Defender o Serviço Nacional de Saúde, a Escola Pública, a Segurança Social e a Habitação**, direitos constitucionais indissociáveis do bem-estar e qualidade de vida dos trabalhadores e das famílias, da coesão social e do desenvolvimento do país.

- **Combater a privatização de serviços públicos**, que limita o acesso dos cidadãos à saúde e à educação dos filhos; põe o povo a pagar mais por serviços públicos de menor qualidade e diminui a protecção social dos trabalhadores, dos reformados e aposentados e das camadas mais desfavorecidas da população.

- **Aumentar as pensões de reforma e as prestações sociais**; reforçar os apoios na acção social escolar, repor os escalões de abono de família às crianças e jovens.

3- Pôr fim ao Governo do PSD/Passos Coelho e do CDS/Paulo Portas. Mudar de Política

- **Exigir a marcação de Eleições Antecipadas. Pôr fim à política de direita.**

- **Por uma Alternativa Política, de Esquerda e Soberana**

E para permitir que os seus associados participem em todas as acções a desenvolver durante esse dia de Greve Geral, vem o SITAVA – Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos, ao abrigo do disposto no artº 534º n.ºs 1 e 2 do Código do Trabalho, **emitir o presente aviso prévio de greve**, com âmbito em todo o território nacional – Continente e Regiões Autónomas –, como segue:

Para os trabalhadores, cujo horário de trabalho se inicie antes das 00h00 ou termine depois das 24h00 do dia 27 de Junho, se a maior parte do seu período de trabalho coincidir com o período de tempo coberto por este pré-aviso, o mesmo começará a produzir efeitos a partir da hora em que deveriam entrar ao serviço, ou prolongará os seus efeitos até à hora em que deveriam terminar o trabalho, consoante os casos.

Os trabalhadores assegurarão os serviços necessários à segurança e manutenção dos equipamentos e instalações. Os trabalhadores assegurarão ainda a prestação dos serviços mínimos indispensáveis à satisfação das necessidades sociais impreteríveis, nas empresas, estabelecimentos ou serviços que se destinem à satisfação dessas necessidades.

Sobre os serviços mínimos, aguarda-se a convocatória do Tribunal Arbitral para ouvir as partes e tomar a decisão final.